



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CERTIDÃO AMBIENTAL

CA Nº 028/2023

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nºs 3.129, de 10 de novembro de 2000 e 4.959, de 09 de setembro de 2021, considerando o Decreto nº 10.640, de 12 de janeiro de 2016, mediante Resolução CONEMA nº 95, de 12 de maio de 2022 e Resolução INEA 264, de 11 de novembro de 2022, concede a presente Certidão Ambiental a:

RHG SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 49.106.119/0001-32

CNAE: 93.19-1-01

ENDEREÇO: AVENIDA DOUTOR MARIO GUIMARÃES, Nº 428 SALA 314
BAIRRO: CENTRO – NOVA IGUAÇU - RJ

atestando a inexigibilidade de licenciamento ambiental para atividade de serviços de produção e promoção de eventos esportivos X-X-X-X-X

no seguinte local: Avenida Doutor Mario Guimarães, nº 428 sala 314 – Centro – Nova Iguaçu - RJ.
Coordenadas: Lat. 22°45'33.39"S Long. 43°27'20.79"O

CONDIÇÕES DE VALIDADE

1. Esta Certidão diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
2. Esta Certidão não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
3. Acondicionar os resíduos sólidos em sacos plásticos e conservá-los em recipiente com tampa até o seu recolhimento por empresa licenciada pelo órgão ambiental;
4. Submeter previamente a SEMAM, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto;
5. A SEMAM exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário.

Esta Certidão é válida por tempo indeterminado, desde que respeitadas as condições nela estabelecidas e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo Administrativo nº 2023/032560 seus anexos.

Nova Iguaçu, 04 de abril de 2023.

Ricardo de Oliveira Pinheiro
Subsecretário de Licenciamento e Fiscalização Ambiental
Mdt.: 11/688-365-6

Ricardo de Oliveira Pinheiro
Subsecretário de Licenciamento e Fiscalização Ambiental

O não cumprimento das condições constantes desta certidão e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, as sanções previstas na Lei nº 3.129, de 10 de novembro de 2000 e no Decreto nº 10.640, de 12 de janeiro de 2016.